

A DEPENDÊNCIA DE EMPREGADAS NA ARQUITETURA VERTICAL PAULISTANA

Paradigmas e intermitências na espacialização do trabalho doméstico

The Housemaids' room in the vertical architecture of São Paulo Paradigms and discontinuities in the spatialization of domestic labour

A. Luísa Sopas Rocha Brandão

*Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil
luisasrbrandao@gmail.com*

B. Luís Felipe Leão Maia Brandão

*Universidade Federal da Fronteira Sul, Brasil
luiz.brandao@uffs.edu.br*

RESUMO

Este artigo apresenta uma análise das configurações historicamente assumidas pelo quarto de empregadas em habitações multifamiliares da cidade de São Paulo. Visa, ainda, a exposição da ambivalência inerente à incorporação de um cômodo originário do programa das habitações coloniais em edificações que comportam aspirações “modernizantes”. Para tanto, o trabalho: remonta as origens do quarto de empregadas às residências do período colonial; relata o processo de incorporação deste cômodo no programa multifamiliar dos edifícios paulistanos; e analisa exemplares de edifícios de apartamentos de médio e alto padrão, produzidos na cidade de São Paulo na contemporaneidade. Mediante esta análise, foram estabelecidas as intermitências e permanências na configuração do cômodo em estudo. Esta investigação permite aferir que os quartos de empregadas expressam a relação ambígua que permeia o convívio das trabalhadoras desta categoria profissional com seus patrões, sobretudo no que se refere à sua posição e suas dimensões em relação aos demais cômodos.

Palavras-chave: trabalho doméstico, quarto de empregadas, arquitetura vertical, São Paulo.

Linha de Investigação: 3: Dinâmicas Urbanas.

Tópico: Gênero e Cidade

ABSTRACT

The aim of this paper is to present an analysis of different spatial configurations of maid's bedrooms in apartment buildings in São Paulo. It discusses the ambivalence in the resilient presence of maid's bedrooms and bathrooms in apartment buildings of the contemporaneity, since this kind of room was originated in Brazil's colonial era. Therefore, this article presents a brief history of how maid's rooms are incorporated in the design

of residential buildings. After this short introduction, this article presents an analysis of contemporary apartment buildings offered by the real estate market to middle-class and upper-class families of São Paulo, which allows establishing spatial patterns of housemaid's rooms. Through this research, it's possible to gauge that this kind of room expresses, spatially, the ambiguity of the working relationship between housemaids and their employer.

Keywords: domestic labour, housemaid's bedroom, vertical architecture, São Paulo.

Research line: 3: Urban Dynamics

Topic: Gender and City

Introdução

O objetivo deste artigo é apresentar uma análise das configurações assumidas pelo quarto de empregadas em habitações multifamiliares da cidade de São Paulo na contemporaneidade, remontando o histórico deste cômodo desde suas origens, no período colonial.

O quarto de empregadas é um cômodo de dimensões mínimas, contíguo à área de serviço de uma residência, destinado à moradia da trabalhadora doméstica em seu local de trabalho. Argumenta-se que sua existência em projetos residenciais de períodos subsequentes à abolição da escravidão constitui uma derivação direta da habitação unifamiliar brasileira, que por seu turno remonta à divisão casa grande/senzala – oriunda do período colonial. Já sua presença resiliente nos programas residenciais contemporâneos denota a permanência de hábitos culturais advindos da sociedade rural/escravista.

Os edifícios multifamiliares foram adotados como objeto de análise, pois se constituem em um dos principais signos da urbanização/modernização (Segawa, 2014: 75). A disposição e o posicionamento ocupados pelo quarto de empregadas em edificações dessa natureza podem, assim, constituir-se numa chave de leitura para a compreensão de como as estruturas arcaicas se imiscuem no discurso do “novo” na formação social brasileira.

Para a presente análise, a cidade de São Paulo foi determinada como estudo de caso, já que: sendo a maior metrópole e centro econômico do país, ela acaba por condensar os processos concretos que tomam curso na formação social brasileira.

Como destacam Pinheiro (2001) e Viana & Trevisan (2016), é possível perceber a escassez de estudos que abordem de maneira crítica e contextualizada o quarto de empregadas e suas especificidades. O presente trabalho se propõe a dar uma contribuição para o preenchimento desta lacuna, visando fornecer, sobretudo, melhor entendimento a respeito das transformações ocorridas nas dependências de serviço da moradia vertical paulistana.

1. O quarto de empregadas: do rural ao urbano

É possível estabelecer as raízes do trabalho assalariado doméstico no trabalho escravo das mucamas. Tal correlação, aferida em trabalhos como o de Roncador (2008) e Telles (2013), torna viável, na mesma medida, a reconstituição do trajeto do quarto de empregadas, remontando suas origens à senzala – alojamento destinado aos escravos, surgido no período colonial. Portanto, para fins da reflexão aqui proposta, é de particular interesse compreender como o Brasil se tornou um país capitalista e urbano, mantendo em sua formação social relações de trabalho oriundas do escravismo.

A senzala surgiu originalmente no Brasil para abrigar os escravos que trabalhavam na produção do açúcar, no que hoje corresponde à região nordeste do país. Tratavam-se de habitações precárias, responsáveis por garantir cativo e teto aos trabalhadores sequestrados de sua terra natal (Gomes, 2007: 102-103). Este tipo de construção também teve lugar nas fazendas do sudeste brasileiro, onde se desenvolveu o cultivo do café a partir do século XIX, nas quais, segundo Rocha-Peixoto (2007: 223), as senzalas eram construídas quando havia um grande número de escravos a serem abrigados/aprisionados.

Ainda segundo Rocha-Peixoto (2007: 224), a arquitetura residencial urbana financiada pelo café durante o período imperial era análoga àquela observada no campo, tanto no que se referia ao partido, quanto à distribuição da planta. Neste último aspecto, em particular, vale destacar que nas fazendas cafeeiras a senzala era posicionada junto: à tulha (local de armazenamento de grãos), aos locais de lavagens e secagem do café, e à casa do administrador – formando o chamado “Quadrilátero Funcional” da propriedade (Figura 1). No caso das residências urbanas, inexistiam os cômodos voltados à produção e beneficiamento de grãos. Contudo, como destacado adiante, o entendimento dos aposentos de escravos/criados como parte de um setor funcional da casa irá perseverar.

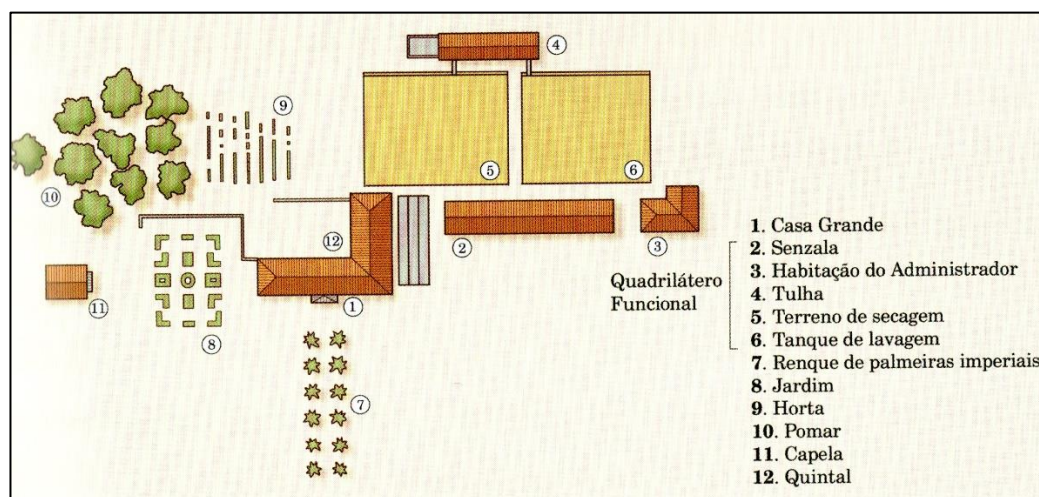


Figura 1 - Esquema genérico de implantação das edificações que compunham uma fazenda de café no sudeste brasileiro. Fonte: Rocha-Peixoto (2007).

Ao refletir sobre a influência do programa rural sobre o a residência urbana no Brasil, Reis Filho (2011) relata como habitações urbanas brasileiras do período colonial mimetizavam (com recursos locais) os tipos arquitetônicos característicos da metrópole lusitana. No que concerne à influência sobre programa e disposição de plantas, deve-se destacar a presença do cômodo chamado loja, nos sobrados urbanos. Em Portugal, tal peça se apresentava sob a forma de um vão no pavimento térreo, e era utilizado como espaço de comércio e/ou de produção de manufaturas dos artesãos urbanos, que habitavam a residência em seu pavimento superior. No Brasil colonial, ele foi predominantemente empregado como local de alojamento dos escravos e dos animais de tração.

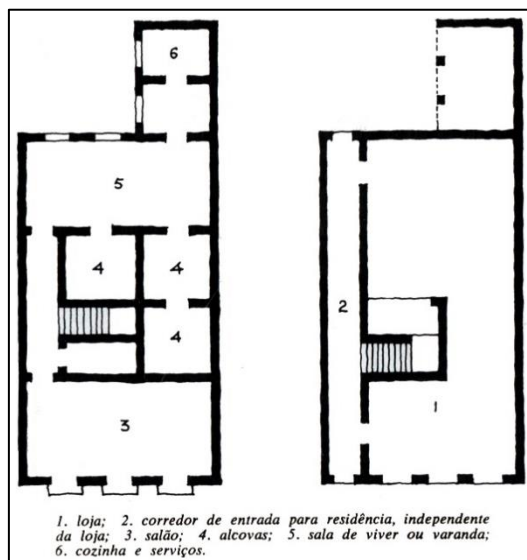


Figura 2 - Planta de típica casa colonial até o século XVIII. O cômodo térreo destacada como “loja” era predominantemente utilizado para acomodação/cativeiro de escravos. Fonte: Reis Filho (2011), adaptado para o presente trabalho.

Com a proibição do tráfico de escravos com a Lei Eusébio Queirós (1850), a força de trabalho também passou a ser constituída por imigrantes europeus, para fins de assalariamento e, portanto, novas mudanças aconteceram na maneira de alojar a mão-de-obra. Uma destas mudanças foi a locação do quarto destinado à doméstica (escrava ou europeia) nos fundos do lote, cujo acesso se dava por um corredor lateral (Reis Filhos, 2011: 48).

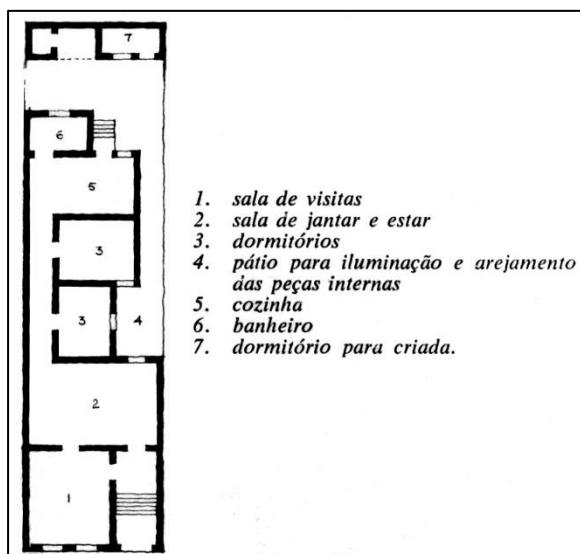


Figura 3 - Planta de residência urbana típica do século XIX. Com a Lei Eusébio de Queirós, de 1850 - e a diminuição progressiva do emprego de mão-de-obra escrava dela decorrente - a dependência de serviços é remanejada para os fundos do lote, passando a ser acessada por um corredor lateral, independente. Fonte: Reis Filho (2011), adaptado para o presente trabalho.

A Abolição, em 1888, não pôs fim ao trabalho doméstico, apenas o ressignificando e o adaptando às condições impostas pelo assalariamento. O quarto para a mucama também não será extinto. Assim, como um dos desdobramentos do processo de Abolição, a senzala dos tempos coloniais transformou-se em aposentos de criadas sob a forma de edículas nos palacetes do século XIX (Lemos, 1989: 80). Desde o último quartel do século XIX até os primeiros decênios do século XX, os escravos libertos – empurrados para as aglomerações urbanas na busca por sua sobrevivência – viram-se obrigados a se submeter a condições análogas às que vinham vivenciado até então (Telles, 2013: 89).

Em São Paulo, no que concerne à construção civil, a partir de 1928, com a Lei de Condomínios (Lei n.5.481), passou a ser possível a alienação de uma parcela dos imóveis, lançando, assim, as bases para a atividade de incorporação (Bonduki, 1999: 247). A cidade passa a mudar sua paisagem drasticamente: os antigos palacetes burgueses do século XIX deram lugar aos arranha-céus que prometiam condições de vida mais apropriadas aos novos ares da metrópole industrial (Sampaio, 2002: 17-18).

Segundo Lemos (2002: 7), houve resistência da classe-média aos edifícios em altura no primeiro quartel do século XX, devido ao senso comum que relacionava este tipo de construção aos cortiços e habitações coletivas de baixa renda. Porém, a partir da década de 1930, os edifícios residenciais passaram a ser definitivamente adotados por esta parte da população. Os apartamentos deste período de transição, no entanto, apresentavam padrões tão parecidos quanto possível aos dos programas das residências burguesas características do período anterior. Lemos indica que, para que o apartamento fosse socialmente aceito como “casa de família”, era necessário que o programa tivesse todos os aposentos da antiga residência térrea, “(...) com acomodações para a criadagem, principalmente” (Lemos, 1976: 162).

As dependências para as trabalhadoras domésticas mantiveram-se como estrutura de suporte aos hábitos domésticos urbanos, chegando às edificações residenciais verticais, onde passaram a ser frequentemente denominados de “quartos de empregada”. A partir da análise de alguns dos primeiros exemplares paulistanos a implementar esta adaptação, nota-se que diferentes estratégias de projeto foram, em princípio, adotadas. Dentre as quais destacam-se: a concentração de todos os quartos de empregadas em um único pavimento (a exemplo do que ocorria nas *chambres de bonnes*, destinadas às criadas na França); o posicionamento do cômodo junto à residência, mas acessado por uma entrada distinta, mediante um corredor de serviço; e – aquela que acabaria ganhando maior recorrência – a integração do quarto de empregadas com a lavanderia, a cozinha e a despensa, formando uma espécie de novo “quadrilátero funcional” da moradia.

De um lado, constata-se que os edifícios (em si, símbolos da urbanização e da modernização), contam com a setorização de ambientes sociais cada vez mais vinculados aos bens de consumo destinados à casa (sala de televisão, estar, cozinha, etc.); em contrapartida, a área de serviço demonstra que, por baixo da camada de aparência moderna, prevalecem os traços oriundos de uma sociedade de raízes coloniais e escravagistas. Conforme Lemos: “No subconsciente, a criada ainda é a escrava de presença desagradável. O seu quatinho abrindo a porta para o terraço do tanque de lavagens ainda é a senzala” (Lemos, 1976: 164).

No início da verticalização, eram comuns edifícios com programas mistos (a exemplo do que propalava o programa moderno europeu), com metragens quadradas variadas que visavam diversificados perfis sociais. Já a partir da década de 1940, é possível ver o aumento do número de construções residenciais em altura destinados mais especificamente às classes média e alta (Villa, 2002). Não era incomum encontrar apartamentos com “quartos de criada” (terminologia usada em planta), ocupando metragem quadrada mínima, com acesso à área social pela cozinha.

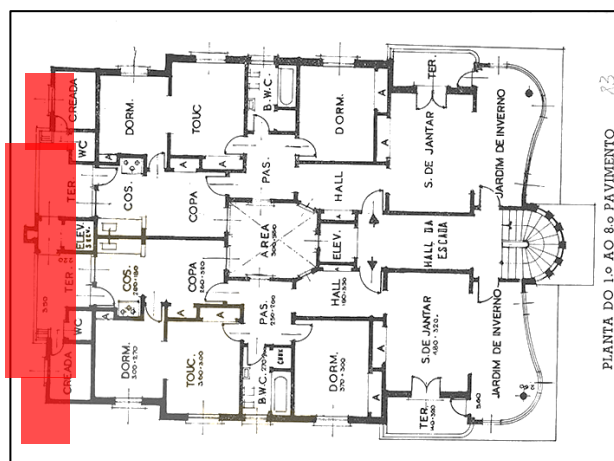


Figura 4 - Planta de edifício multifamiliar (São Paulo-SP), com demarcação em vermelho de área dedicada ao acesso e uso exclusivo de empregadas. Posição da dependência em sua configuração mais recorrente: banheiro e quarto separados e contíguos à cozinha. Fonte: Revista Acrópole N° 64 (1943: 83) - adaptado para o presente trabalho.

O tratamento dado aos espaços destinados às empregadas domésticas parece ter relação com o tratamento jurídico iníquo dado à categoria no período estudado por esta pesquisa. A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943, assegurou direitos aos trabalhadores assalariados urbanos em geral, excluindo de sua regulamentação as trabalhadoras domésticas, sob a justificativa de que a prestação de serviço doméstico não se constituiria em atividade geradora de lucro para o contratante - o que dispensaria a mediação estatal¹. Mesmo assim, a partir desta década, é possível perceber de maneira mais frequente projetos em que há separação entre circulações social e de serviço em apartamentos de alto padrão, reproduzindo, desta maneira, características de residências de períodos anteriores (Bruand, 1991).

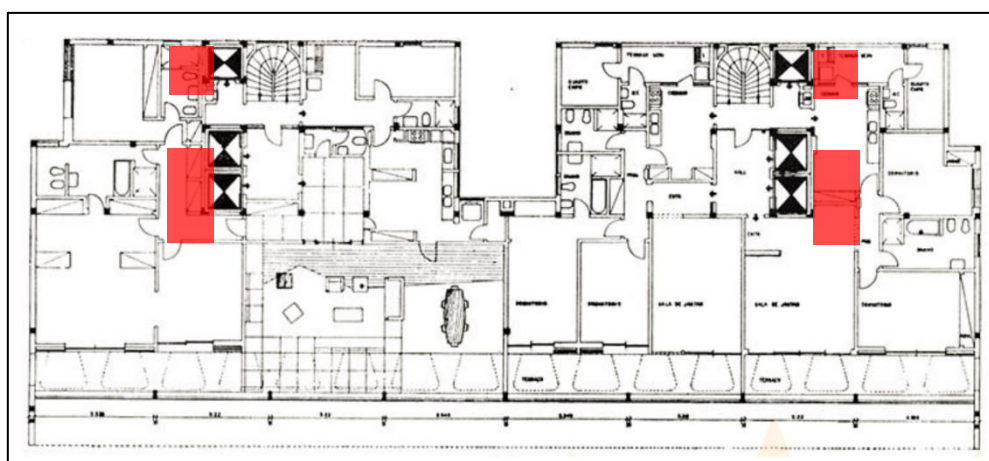


Figura 5 - Planta do pavimento-tipo do Edifício Lausane. Um superdimensionamento de elevadores (três no total, sendo um exclusivo para trabalhadores, ressaltados em vermelho) é realizado para evitar que os habitantes e visitantes do prédio compartilhassem o elevador com os proletários, que utilizariam outro em circulação separada. Fonte: Revista Acrópole n° 249 (1958: 504), adaptado para o presente trabalho.

¹ Posição que permeia inclusive o debate acadêmico sobre o assunto (DALLA COSTA, 1977).

Como atesta Villa (2008: 46), na década de 1970, em um cenário onde as incorporadoras buscavam cotejar os clientes de alto poder aquisitivo, as plantas de grande metragem predominavam em número sobre as de apartamentos menores (contendo apenas um dormitório). Ganhavam destaque imóveis que não somente possuíam vários dormitórios, mas também mais de um quarto de empregada, além de lavanderia, despensa, copa e cozinha. Estas plantas refletem não apenas aumento do poder aquisitivo da classe-média (principal fiadora do governo militar em vigência²), mas também a demarcação ainda mais intensa da distinção social inerente à resiliência do trabalho assalariado doméstico.

Vale mencionar que, em 1972, as empregadas domésticas conquistaram os primeiros direitos voltados especificamente à categoria, com a Lei 5.859, iniciando uma série de transformações jurídicas que minimizavam o alto nível de exploração e a baixa remuneração desta atividade (Damasceno & Chagas, 2013). A definição de salário mínimo e, posteriormente, os adicionais de remuneração por horas extras, somados aos descansos semanais e férias remuneradas fizeram com o que o número de profissionais mensalistas (aquelas que dormiam na casa de seus contratantes) fosse reduzido e o número de diaristas aumentasse (Theodoro & Scorzafave, 2011).

A Lei Municipal 7.805, de 1972, foi responsável pela inibição de usos mistos em edificações verticais em favor de padrões estritamente residencial ou comercial, condicionando, também, a implantação dos edifícios com recuos em relação aos limites do lote (Nakano & Guatella, 2015, p. 146). Esta legislação impunha recuos relacionados à quantidade de superfície da edificação voltada ao exterior, porém não obrigava a presença de aberturas para a área externa nos quartos de empregada.

Na década de 1980, embora fosse ofertada uma gama de metragens variadas, é possível verificar uma diminuição ainda mais expressiva das metragens dos imóveis em relação às décadas precedentes, tendo como possíveis razões a serem elencadas: a busca por atender mercados consumidores com menor poder aquisitivo, dado o ambiente de crise econômica que marcou a década de 1980; e a busca por otimização/aumento da lucratividade dos terrenos em áreas nobres da cidade, cada vez mais escassas (Villa, 2002). De um lado percebe-se a diminuição gradativa do tamanho do quarto de empregadas (Figura 6); do outro, sua inserção ainda mais segmentada nas plantas dos edifícios de alto padrão, o que levou, em alguns casos, à segmentação quase total do cômodo em relação ao restante da unidade (Figura 7).

² Cf. Souza & Zetter (2004).

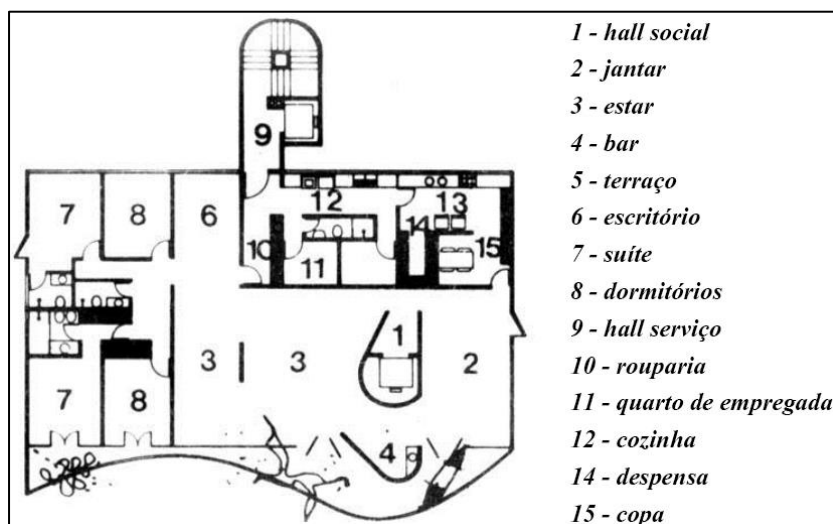


Figura 6 - Edifício Triomphe, projetado por Rui Ohtake, em 1984. Nele é possível perceber uma diminuição acentuada do quarto de empregadas em proporção aos demais cômodos, além da ausência de aberturas voltadas à face externa do edifício. Fonte: Farias (1994), adaptado para o presente trabalho.

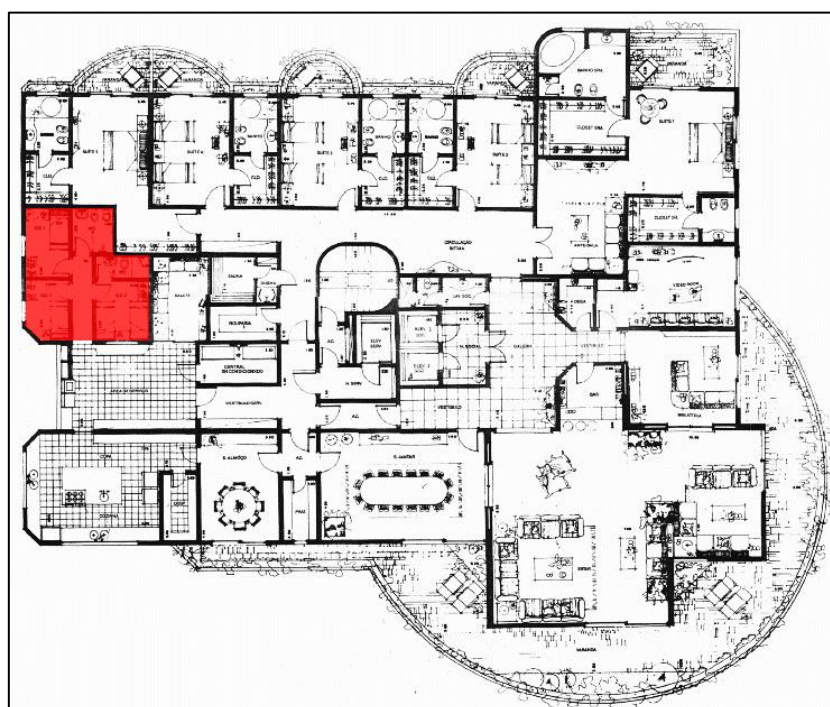


Figura 7 - Edifício Vol D'oiseau, executado em 1985 pela construtora Olímpia, no bairro do Morumbi. Nele, nota-se a segmentação da dependência de empregadas praticamente como uma unidade à parte do apartamento de alto padrão. Fonte: Villa (2008), adaptado para o presente trabalho.

Durante a década de 1990, mediante a ofensiva neoliberal implementada por sucessivos governos federais, a situação das trabalhadoras domésticas seguiu sem grandes alterações do ponto de vista jurídico. No caso de São Paulo, percebe-se uma diminuição lenta, mas contínua da proporção de domésticas que trabalham em

uma só residência, frente ao aumento do número de trabalhadoras que desempenham esta função como diaristas (Governo Do Estado De São Paulo, 2007). Assim, o mercado imobiliário dá prosseguimento às tendências estabelecidas no decênio anterior, como a de tornar a dependência de empregadas uma porção reversível da planta (Figura 8).



Figura 8 - Edifício na rua Aimber, projetado em 1999 por Roberto Candusso. Nele é possível constatar que a dependência de empregadas é disposta de modo a poder ser revertida na ampliação da área social do apartamento. Fonte: Villa (2002).

2. O quarto de empregadas na contemporaneidade paulistana

Os anos 2000 foram marcados por algumas mudanças para as trabalhadoras domésticas. Sendo, predominantemente, remuneradas com um salário mínimo, que teve aumento real de 77,3% entre 2002 e 2015 (Dieese, 2018), esta categoria profissional contou com um significativo aumento de seu padrão de vida. No ano de 2012 com a Emenda Constitucional 72, mais conhecida como a PEC das Domésticas (PEC 66/2012), e no ano de 2015, com a Lei Complementar 150, estabeleceu-se a equidade de direito entre estas trabalhadoras e as demais categorias.

Todavia, os recentes retrocessos impostos aos trabalhadores mediante a lei 13.467 – “reforma trabalhista”, de novembro de 2017 – apresentam um novo vaticínio tanto para as domésticas quanto às demais categorias: novos mecanismos de exploração como o trabalho intermitente – que permite que um trabalhador se mantenha à disposição do patrão/empresa no meio de sua jornada, sem ser por isso remunerado – podem reestabelecer o caráter exploratório da força de trabalho no país.

Assim, dados os recentes reveses sofridos pelos trabalhadores pós-2016, é difícil mensurar em que medida as mudanças ocorridas desde 2000 interferiram na concepção dos projetos multifamiliares, especialmente no que concerne à dependência de empregadas. Alguns trabalhos, como Viana & Trevisan (2016) chegam a apontar para um progressivo rareamento da presença do cômodo nos programas arquitetônicos contemporâneos. A

despite destes esforços, há uma carência de levantamentos quantitativos capazes de suportar esta afirmação de base empírica.

A fim de verificar esta tendência, para esta fase do estudo foram pesquisadas plantas humanizadas disponíveis nos sítios eletrônicos de construtoras com reconhecida atuação no mercado imobiliário residencial de médio e alto padrão, na capital paulistana. Duas delas, Toledo Ferrari, Cyrela, foram escolhidas por terem sido consideradas duas das dez maiores construtoras do Brasil no ano de 2017, segundo ranking divulgado pela empresa ITC3. Foram igualmente analisadas plantas humanizadas de outras quatro construtoras com atuação similar: Gafisa, Tecnisa, EZTEC e Even.

No total, foram observadas duzentas e cinquenta e oito plantas, sendo que sessenta e cinco delas apresentavam quartos de empregada. Na Tabela 1, é possível ver a proporção entre total de empreendimentos residenciais com plantas disponibilizadas por cada uma das construtoras em seus websites, e a quantidade de projetos que apresentam quarto de empregada em seu layout.

CONSTRUTORA	TOTAL DE PLANTAS DE EMPREENDIMENTOS DISPONÍVEIS NO SÍTIO ELETRÔNICO	EMPREENDIMENTOS QUE APRESENTAM QUARTO DE EMPREGADA
Toledo Ferrari	45	25
Cyrela	34	8
Gafisa	54	13
Tecnisa	10	3
EZTEC	46	9
Even	69	7

Tabela 1 - Número de plantas disponíveis nas páginas de internet de seis construtoras com expressividade no mercado paulistano de apartamentos para famílias de média e alta renda, e a proporção em relação a empreendimentos que apresentam quartos de empregada em sua planta. Informações coletadas entre 12 e 18 de novembro de 2018.

Os critérios escolhidos para esta análise em busca de padrões espaciais foram:

- área do ambiente e relação com área total dos apartamentos;
- presença de aberturas diretas (para área externa do edifício);
- cômodo ao qual o quarto tem comunicação direta;
- existência ou não de elevador de serviço separado do social (gerando entrada social separada da de serviço);
- denominação estabelecida para os aposentos analisados.

Entre as empresas pesquisadas, ressaltam-se as plantas humanizadas da construtora EZTEC por uma solução projetual que não foi identificada nos projetos das outras cinco construtoras: oito das nove plantas apresentam um cômodo denominado “depósito” com acesso exclusivo pela área de serviço, pelo qual se deve passar necessariamente para chegar a um pequeno banheiro. Para esta análise, tomou-se a liberdade de considerar a solução apresentada como característica de quartos de empregada, especialmente pela ligação com um

³ A ITC (sigla para Informações Técnicas da Construção) é uma empresa que anualmente, há 15 anos, divulga um ranking das construtoras que mais constroem no país. Apesar da empresa ter como missão gerar dados qualitativos e quantitativos em relação às empresas brasileiras dedicadas à construção civil, neste caso específico, o ranking tem caráter quantitativo, não qualitativo.

banheiro (conexão mais frequentemente vista em suítes). A imagem a seguir exemplifica o padrão adotado pelas plantas disponibilizadas no sítio eletrônico da EZTEC.



Figura 9 - Planta do apartamento Le Premier, no bairro Paraíso. A ampliação nas áreas da cozinha e serviço à direita demonstra que o único acesso ao banheiro (em azul) é pelo depósito (em vermelho) que, por sua vez, tem acesso somente pela cozinha. O depósito possui janela para o terraço de serviço, o que fornece indícios de que o cômodo pode ser utilizado possivelmente como quarto de empregada. Fonte: eztec.com.br (adaptada para o presente trabalho).

Pela análise dos sessenta e cinco empreendimentos residenciais que apresentam em seu layout propostas de dependências na área de serviço, estabeleceram-se alguns padrões exemplificados na tabela a seguir. Além dos sessenta e cinco layouts com quartos de empregadas, em ao menos vinte e seis empreendimentos dos cento e noventa e três restantes, foi possível identificar um banheiro voltado para a área de serviço ou cozinha.

CONSTRUTORA	EMPREENDIMENTOS COM QUARTO DE EMPREGADA	ÁREA MÍNIMA PARA O QUARTO DE EMPREGADA	ÁREA MÁXIMA PARA O QUARTO DE EMPREGADA	QUARTOS COM ABERTURA DIRETA PARA O EXTERIOR
Toledo Ferrari	25	2,63 m ² (aproximadamente)	4,30 m ² (aproximadamente)	3
Cyrela	8	2,85 m ² (aproximadamente)	4,50 m ² (aproximadamente)	4
Gafisa	13	2,70 m ² (aproximadamente)	4,33 m ² (aproximadamente)	2
Tecnisa	3	2,90 m ² (aproximadamente)	4,55 m ² (aproximadamente)	3
EZTEC	9	2,66 m ² (aproximadamente)	3,10 m ² (aproximadamente)	3
Even	7	4,90 m ² (aproximadamente)	2,90 m ² (aproximadamente)	2

Tabela 2 - Número de projetos que apresentam quartos de empregada; relação de metragem mínima e máxima destes cômodos; número de projetos que apresentam janelas abertas para o exterior da edificação. Em treze dos sessenta e cinco casos não foi possível identificar a área exata dos quartos devido à baixa resolução das imagens disponibilizadas. Informações coletadas de 12 a 18 de novembro de 2018.

Não foi possível identificar uma relação direta entre a área total do apartamento e a área ocupada pelas dependências de empregadas. Foram analisadas plantas de 97 a 619 m² com sugestão de quarto de empregada em seu layout: a exemplo, um dos apartamentos com 332m² apresentou dois quartos de empregada, enquanto outro de 588m² apresentou apenas um. Portanto, é possível inferir que esta variação esteja mais relacionada ao perfil do consumidor que à área útil da unidade de moradia. A maior parte dos quartos de empregada analisados possui aproximadamente 3,00m², e apenas os da construtora EZTEC poderiam ser caracterizados como suítes. Os demais projetos não apresentam conexão direta entre o quarto e o banheiro de serviço, o qual só pode ser acessado se o usuário cruzar a área de serviço ou hall de serviço. No caso dos apartamentos com dois quartos de empregada, um banheiro de serviço é compartilhado.

Dos sessenta e cinco casos estudados, dezessete apresentavam janelas para a área externa dos edifícios, sendo que a maior parte deles possui apenas uma porta que interliga o pequeno dormitório à área de serviço ou cozinha. Este dado contribui para o entendimento de que o grau de habitabilidade destes cômodos é consideravelmente baixo, já que não possuem ventilação ou insolação naturais.

Em edifício no bairro Alto da Lapa, no layout sugerido pela construtora (Fig. 10, à esquerda), o quarto e banheiro de empregada (em vermelho) é identificado como tal pela relação que estabelece com a cozinha e área de serviço. Sua metragem é de pouco mais de 3,00m². Não foi identificada qualquer abertura direta; ao contrário, um dos lados de seu fechamento coincide com o da torre do elevador social, fonte potencial de ruído para quem habita este dormitório. Na planta humanizada disponível no site da empresa, a cama está fora de escala, não sendo representada, portanto com o padrão de dimensões mínimas dos colchões disponíveis no mercado. Na segunda opção de layout (Fig. 10, à direita) oferecida pela construtora, o quarto de empregadas é eliminado para ampliação da sala, porém o banheiro para empregadas persiste no projeto.



Figura 10 - Edifício de apartamentos construído pela construtora e incorporadora Even no bairro Alto da Lapa, em São Paulo. Fonte: even.com.br (adaptada para o presente trabalho).

Em apenas três dos sessenta e cinco empreendimentos analisados, é possível identificar apenas um hall unificado de acesso ao apartamento. Nos demais, os elevadores que possibilitam o acesso à área social dos apartamentos são isolados em relação aos elevadores que permitem o acesso à área de serviço, solução arquitetônica que gera a segregação forçada entre empregados e patrões. Apesar de qualquer tipo de discriminação em elevadores ser criminalizada pela Lei Municipal 11.995 de 1996, um novo paradigma é

colocado: elevadores isolados e separados pela área útil do apartamento não definem apenas usos específicos (elevador de serviço para materiais e elevador social para pessoas), mas também definem usuários específicos (elevador de serviço para funcionários do condomínio e empregadas domésticos; elevador social para família contratante e seus convidados).

Adotando, ainda, esta compreensão para análise do espaço construído, chama a atenção o caso de apartamento com quatro suítes, no bairro Brooklin, em que o quarto de empregada se situa na área central da edificação, junto à torre de elevador (Figura 11). Dessa maneira, o quarto e banheiro de empregada não dispõem de ventilação ou insolação diretas. A partir do cômodo é possível acessar a área íntima sem necessariamente cruzar a área social do apartamento. Esta configuração de dormitório determinaria a longa permanência em um dormitório cuja necessidade de diferenciação (por parte do perfil dos compradores) se sobrepõe a necessidades básicas de circulação e ocupação de quem o habitaria, impossibilitadas pela reduzida área útil reservada para esta finalidade.



Figura 11 - Edifício Blue Note, construído pela construtora Even no bairro Brooklin. Fonte: even.com.br (adaptada para o presente trabalho).

Em relação às denominações adotadas para as dependências de serviço, um caso chama atenção: no empreendimento Taman Jardim Sul da construtora Toledo Ferrari, é possível identificar um cômodo mobiliado com um pequeno sofá (ou cama) e um armário, denominado “despejo” na planta (Figura 12). Considerando que o padrão espacial segue o dos demais projetos pesquisados (porta para área de serviço, à qual dá acesso também a um pequeno banheiro), o mobiliário pressupõe a longa permanência que, possivelmente, seria de uma trabalhadora doméstica. A designação assinalada à acomodação é reveladora do descaso com o qual são tratados os quartos de empregada, em termos de qualidade espacial.



Figura 12 - Edifício Taman Jardim Sul, da construtora Toledo Ferrari no bairro Brooklin. Fonte: toledoferrari.com.br (adaptada para o presente trabalho).

3. Considerações finais

Ao lançarmos um olhar sobre exemplares mais contemporâneos, percebe-se que embora a presença do quarto de empregadas em edifícios de médio padrão tenha rareado, nos edifícios de alto padrão ele ainda se faz presente. A partir dos casos observados, não é possível apontar para a tendência de desaparecimento das dependências de empregada no programa de apartamentos de médio e alto padrão.

Destarte, este trabalho refletiu sobre como a configuração espacial das plantas-baixas de edificações verticais dão suporte à reprodução do trabalho doméstico. De um lado, provendo habitação para uma categoria profissional que ganha, predominantemente, um salário mínimo, e que, até recentemente, não se enquadrava nos pré-requisitos para obtenção de financiamento estatal, capaz de garantir acesso ao mercado formal de moradias. Em contrapartida, por morar onde trabalha, a doméstica tem sua vida pessoal imiscuída na sua prática profissional, o que permite que se estabeleça uma relação ambígua com seus patrões, que eventualmente pode configurar mecanismos de sobre-exploração (como jornadas de trabalho que excedem o determinado por Lei).

Por fim, considerando as diferentes perspectivas sob as quais se pode analisar o fenômeno, acredita-se que os resultados deste trabalho, bem como sua continuidade e desdobramentos, poderão contribuir tanto com o debate sobre as formas de concepção e apropriação do espaço residencial, quanto com a reflexão acerca de como o ambiente construído pode se configurar como um aparato normativo, que visa a legitimação de condutas de caráter exploratório do trabalho, mediante a consagração de ritos oriundos do mundo colonial/escravista no seio de uma sociedade urbana/capitalista.

4. BIBLIOGRAFIA

- BONDUKI, N. G. (1999). *Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria*. São Paulo: Companhia das Letras.
- BRUAND, Y. (1991). *Arquitetura contemporânea no Brasil*. São Paulo: Perspectiva.
- DALLA COSTA, M. R. (1977). *Las mujeres y la subversion de la comunidad*. Em: DALLA COSTA, M. R. & J. S. *El poder de la mujer y la subversión de la comunidad*. Cidade do México: Siglo XXI Editores.
- DAMASCENO, L., e CHAGAS, S. (2013). *Evolução do direito trabalhista do empregado doméstico de 1916 a 2013 - PEC das domé*. *Cadernos de Graduação - Ciências Humanas e Sociais*, v.1, n.17, 63-76.
- FARIAS, A. (1994). *La Arquitectura de Ruy Ohtake*. Madrid: Celeste Ediciones.
- GOMES, G. (2007). *Arquitetura do Açúcar*. Em B. E. BICCA (coord.), *Arquitetura na Formação do Brasil*. São Paulo: Unesco.
- GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. (2007). *Mulher & Trabalho - O Emprego Doméstico: Boletim especial sobre o mercado de trabalho*. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE, São Paulo.
- LEMOS, C. A. (1976). *Cozinhas, etc.: um estudo sobre as zonas de serviço da casa paulista*. São Paulo: Perspectiva.
- LEMOS, C. A. (1989). *Alvenaria Burguesa: breve história da arquitetura residencial de tijolos em São Paulo a partir do ciclo econômico liderado pelo café*, 2 ed. rev.ampl. São Paulo: Nobel.
- LEMOS, C. A. (2002). *Prefácio*. Em M. R. SAMPAIO (coord.), *A promoção privada de habitação econômica e a arquitetura moderna 1930-1964*. São Carlos: RiMa.
- NAKANO, K., e GUATELLA, S. A. (2015). *A Forma Urbana a partir de Planos Diretores e Leis*. *PARC Pesquisa em Arquitetura e Construção*, 6(3), 142-154.
- PINHEIRO, M. L. (2001). *Modernizante ou Moderna? A arquitetura em São Paulo nas décadas de 30 e 40*. Pós: *Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP*.
- REIS FILHO, N. G. (2011). *Quadro da Arquitetura no Brasil*. São Paulo: Perspectiva.
- ROCHA-PEIXOTO, G. (2007). *A arquitetura do café*. Em E. P. BICCA (coord.), *Arquitetura na formação do Brasil*. São Paulo: Unesco.
- RONCADOR, S. (2008). *A doméstica imaginária: literatura, testemunhos e a invenção da empregada doméstica no Brasil (1889-1999)*. Brasília: Editora UnB.
- SAMPAIO, M. R. (2002). *A promoção privada de habitação econômica e a arquitetura moderna 1930-1964*. Em M. R. SAMPAIO (coord.), *A promoção privada de habitação econômica e a arquitetura moderna 1930-1964*. São Carlos: RiMa.
- SEGAWA, H. (2014). *Arquiteturas no Brasil 1900-1990*. São Paulo: Edusp.
- SOUZA, F. A., & ZETTER, R. (2004). *Urban land tenure in brazil: From centralized state to market processes of housing land delivery*. Em R. Zetter, M. Hamza (coords.), *Market Economy and Urban Change: Impacts in the Developing World (163-184)*. Londres: Earthscan,.

- TELLES, L. F. (2013). Mulheres negras e trabalho doméstico em São Paulo (1889-1920). São Paulo: Alameda.
- THEODORO, M. I., & SCORZAFAVE, L. G. (2011). Impacto da redução dos encargos trabalhistas sobre a formalização das empregadas domésticas. *Revista Brasileira de Economia*, v. 65, n. 1, 93-109.
- VIANA, M. B., & TREVISAN, R. (2016). O “Quartinho de Empregada” e seu Lugar na Morada Brasileira. Em: *Anais do Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo*, 1-22.
- VILLA, S. B. (2002). Apartamento Metropolitano: habitações e modos de vida na cidade de São Paulo. 2002: Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo, Escola de Engenharia de São Carlos, São Carlos.
- VILLA, S. B. (2008). Morar em Apartamentos: a produção de espaços privados e semi-privados nos edifícios ofertados pelo mercado imobiliário no século XXI em São Paulo e seus impactos na cidade de Ribeirão Preto. Critérios para Avaliação Pós-Ocupação. 2008: 1 v. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Fontes eletrônicas

- ACRÓPOLE. (1938). www.acropole.fau.usp.br/edicao/7 (consulta: 21/09/2018)
- CONSTRUTORA CYRELLA (2020). www.cyrela.com.br/ (consulta: 18/11/2020)
- DIEESE. (2018). Pesquisa nacional da Cesta Básica de Alimentos: 1994-2017. www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html (consulta: 21/09/2018)
- EVEN (2018). www.even.com.br/ (consulta: 18/11/2018)
- EZTEC (2018). www.eztec.com.br/ (consulta: 18/11/2018)
- GAFISA (2018). www.gafisa.com.br/ (consulta: 18/11/2018)
- TECNISA (2018). www.tecnisa.com.br/ (consulta: 18/11/2018)
- TOLEDO FERRARI (2020). www.toledoferrari.com.br/ (consulta: 18/11/2018)